

MEX-9 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA/MS

Termo de Referência 78/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
78/2025	160151-MEX-9 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA /MS	LUCIMARE DOS SANTOS MACIEL	05/04/2026 13:28 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64545.005167/2025-59

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tratamento de água, esgotamento sanitário, manutenção preventiva de equipamentos laboratoriais e odontológicos, recarga de oxigênio medicinal, dosimetria e coleta de resíduos da Seção de Saúde do 9º Grupo de Artilharia de Campanha - POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025 UASG: 160151, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATSERV	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	01	SERVIÇO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO COM INSUMOS E MÃO DE OBRA	UNIDADE	19143	12	R\$2.600,00	R\$31.200,00
	02	EXAMES MENSAIS COM ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICO, ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E FORNECIMENTO DO RELATÓRIO MENSAL DE ANÁLISE LABORATORIAL DE NO MÍNIMO 4 PONTOS DE COLETA (BEBEDOUROS, TORNEIRAS E OUTROS), DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA PORTARIA Nº 888 /2021, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COM FORNECIMENTO DE BOMBA DOSADORA DE CLORO EM REGIME DE COMODATO, TODAS AS AMOSTRAS DEVERÃO SER COLETADAS PELA CONTRATADA, QUE SERÁ RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DAS AMOSTRAS NA TEMPERATURA CORRETA, ATÉ A ENTREGA DA MESMA	UNIDADE	19143	12	R\$1.000,00	R\$12.000,00
	03	LIMPEZA DE QUATRO CAIXA D ÁGUA; SENDO DUAS CAIXAS SUSPensa DE 20 M3 CADA TOTALIZANDO 40 M3 AS DUAS SUSPENSAS. SENDO DUAS CAIXAS ALGIBRE INTERNA DE 20 M3,TOTALIZANDO 40 M3 AS DUAS INTERNAS.	UNIDADE	14613	02	R\$6.720,00	R\$13.440,00

01

04	LIMPEZA DE UMA CAIXA D'ÁGUA DE 8 M3 CAIXA D'ÁGUA LOCALIZADA NO SETOR DE APROVISIONAMENTO	UNIDADE	13595	02	R\$1.496,00	R\$2.992,00
05	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 7 BEBEDOUROS INDUSTRIAIS EM AÇO INOXIDÁVEL, MARCA FRISBEL OU SIMILAR, COM DUAS TORNEIRAS. HIGIENIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO RESERVATÓRIO, BANDEJA E COMPONENTES. SUBSTITUIÇÃO DO ELEMENTO FILTRANTE, CERTIFICADO PELO INMETRO COMPATÍVEL COM O MODELO DO EQUIPAMENTO. LIMPEZA E DESINFECÇÃO DAS TORNEIRAS E CONEXÕES DE ÁGUA. EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E TROCA DO FILTRO	UNIDADE	21628	04	R\$2.838,30	R\$11.353,20
06	SERVIÇO DE ESGOTAMENTO, SUCÇÃO E LIMPEZA COMPLETA DE 2 FOSSAS SÉPTICAS CONSTRUÍDA EM ALVENARIA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,50M DE LARGURA X 7M DE COMPRIMENTO X 2,17M DE PROFUNDIDADE. REMOÇÃO TOTAL DOS RESÍDUOS E LODOS. TRANSPORTE E DESCARTE DOS EFLUENTES EM LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. EMISSÃO DE COMPROVANTE DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS E RELATÓRIO DO SERVIÇO EXECUTADOS	UNIDADE	16527	4	R\$5.000,00	R\$20.000,00
07	DOSIMETRIA PESSOAL TERMOLUMINESCENTE COM 3 (TRÊS) SENSORES TLD/ OSL. MENSALMENTE OS DOSÍMETROS SÃO ENVIADOS AO CONTRATANTE, QUE, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO PREVISTO PARA USO (30 DIAS), DEVERÃO SER ENVIADOS PARA LEITURA E PROCESSAMENTO DO RELATÓRIO DE DOSES.	UNIDADE	15121	12	R\$1.350,00	R\$16.200,00
08	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA MAQUINA DE BIOQUÍMICA BIO PLUS – MODELO BIO 200/2000, INCLUINDO TAXA DE DESLOCAMENTO E TAXA DE ATENDIMENTO.	UNIDADE	16314	02	R\$906,25	R\$1.812,50
09	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA MÁQUINA DE HEMOGRAMA MODELO XNL-350 SYMEX	UNIDADE	16314	02	R\$760,00	R\$1.520,00
10	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/ CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, CALIBRAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA MARCA MODELO CROMA – DABI – INCLUEM A REALIZAÇÃO DE TODOS OS TESTES ELÉTRICOS E MECÂNICOS, REVISÃO, CALIBRAGEM, VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DOS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO REFLETOR E PLACA DE COMANDO, ANÁLISES DE VAZAMENTOS, CONDIÇÕES DE LUBRIFICAÇÃO DE COMPONENTES INTERNOS, EFICIÊNCIA, INCLUINDO TROCAS DE PEÇAS NECESSÁRIAS.	UNIDADE	5797	03	R\$5.400,00	R\$16.200,00
	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/ CORRETIVA CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO - CALIBRAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA MARCA MODELO SAEVO – S-500 – INCLUEM SUBSTITUIÇÃO DE					

11	SISTEMA ELÉTRICO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA (REFLETOR; PLACA DE COMANDO; MOTOR REDUTOR) JUNTAMENTE COM A REALIZAÇÃO DE TODOS OS TESTES ELÉTRICOS E MECÂNICOS, REVISÃO, CALIBRAGEM VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DOS EQUIPAMENTOS, ANÁLISES DE VAZAMENTOS, CONDIÇÕES DE LUBRIFICAÇÃO DE COMPONENTES INTERNOS, EFICIÊNCIA. INCLUINDO TROCA DE PEÇAS NECESSÁRIAS.	UNIDADE	5797	03	R\$6.174,95	R\$18.524,85
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE 03 COMPRESSORES: PEÇAS DE REPOSIÇÃO: ANÁLISE DE PEÇAS ESPECÍFICAS QUE POSSAM ESTAR DESGASTADAS OU DANIFICADAS (PISTÕES, ANÉIS, CILINDROS, ETC.). COMPONENTES ELÉTRICOS: VERIFICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES COMO CONTADORES, RELÉS, E MOTORES. COMPONENTES PNEUMÁTICOS: INSPEÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES PNEUMÁTICOS COMO VÁLVULAS SOLENÓIDES, SENSORES, E ATUADORES. VAZAMENTOS: IDENTIFICAÇÃO E REPARO DE VAZAMENTOS DE AR. NOS SERVIÇOS EXECUTADOS, DEVERÃO ESTAR INCLUSOS: MÃO DE OBRA. AJUSTES: AJUSTES NECESSÁRIOS PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO. INCLUINDO TROCA DE PEÇAS NECESSÁRIAS					
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO COLETA, ENCHIMENTO, INSPEÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA. GARANTIA DE PRESSÃO FINAL CONFORME CAPACIDADE NOMINAL DO CILINDRO 3M ³	UNIDADE	22098	08	R\$ 240,00	R\$1.920,00
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO COLETA, ENCHIMENTO, INSPEÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA. GARANTIA DE PRESSÃO FINAL CONFORME CAPACIDADE NOMINAL DO CILINDRO 5M ³	UNIDADE	22098	05	R\$ 240,00	R\$1.200,00
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO COLETA, ENCHIMENTO, INSPEÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA. GARANTIA DE PRESSÃO FINAL CONFORME CAPACIDADE NOMINAL DO CILINDRO 10M ³	UNIDADE	22098	05	R\$ 294,00	R\$1.470,00
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, INCLUINDO COLETA, ENCHIMENTO, INSPEÇÃO, TESTE DE SEGURANÇA. GARANTIA DE PRESSÃO FINAL CONFORME CAPACIDADE NOMINAL DO CILINDRO 20M ³	UNIDADE	22098	05	R\$ 294,00	R\$1.470,00
16	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE – DOS GRUPOS “A”, “B” e “E”	KG	19380	330	R\$9,00	R\$2.970,00
	TOTAL					R\$154.272,55

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos dos arts 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O critério de julgamento adotado será de **MENOR PREÇO** por item, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. O item do **CATSER** informado no quadro acima indica a maior similaridade com o item a ser adquirido pelo 9º GAC.

1.6. Foi utilizada a ferramenta de busca de itens catalogados do Portal de Compras do Governo Federal que se encontra publicamente disponível e pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/ferramenta-de-busca-catmat-catser>.

1.7. Qualquer divergência que haja entre a descrição de um item no Portal de Compras do Governo Federal e neste Termo de Referência para fins, tanto de apresentação da proposta por parte do proponente quanto para execução do contrato, prevalecerá o descrito neste Termo de Referência. Com relação aos valores e as quantidades, havendo alguma divergência entre o Portal de Compras do Governo Federal e o Termo de Referência, prevalecerá sempre o previsto no Portal de Compras do Governo Federal.

1.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica a plena aceitação das condições estipuladas neste Termo de Referência.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais à seção de Saúde e às instalações do 9º GAC, abrangendo atividades indispensáveis à manutenção das condições sanitárias, operacionais e de segurança. A ausência desses serviços pode comprometer diretamente:

- a saúde dos militares;
- o funcionamento do equipamento laboratoriais;
- o cumprimento de normas sanitárias e ambientais.

2.2. As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de consumo, demandas operacionais e previsão anual da OM.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000114/2024

II. Data da última atualização do PNCP: 24/04/2024

III. ID do item no PCA: 153

IV. Classe/Grupo: 931 - SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA

V. Identificador da Futura contratação: 160151-90008/2025

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços objeto deste pregão, de forma contínua e integrada, abrangendo todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, insumos e logística necessários à execução adequada, eficiente e segura dos serviços, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas operacionais. A solução contempla a execução planejada com atendimento às demandas programadas e eventuais, suporte técnico especializado, cumprimento de prazos, observância de critérios de qualidade, rastreabilidade dos serviços executados e responsabilidade integral da contratada pelos resultados, incluindo eventuais correções, reposições ou adequações necessárias durante a vigência contratual. Dessa forma, a solução mostra-se adequada, eficiente e economicamente vantajosa.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As contratadas deverão adotar práticas de sustentabilidade no fornecimento do objeto, previstas na Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);

4.1.2. Os fornecedores também deverão atentar para o que determina o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05/06/2012, em seu art. 4º (no que couber);

4.1.3. Também serão observados os critérios da Instrução Normativa IBAMA nº 31 de 31/12/2009 e da Lei nº 6.938 de 31/08/1981;

4.1.4. Além dos seguintes dispositivos da Lei 14.133/2021 (Art. 5º; Art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”; Art. 11, inciso IV, parágrafo único; Art. 18, §1º, inciso XII; Art. 25, §5º, inciso I; Art. 34, §1º)

Da exigência de amostra

4.2. Na presente contratação não há exigência de amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. na presente contratação não há exigência de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.4. É admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à quinta-feira das 08:00 horas às 11:45 horas e das 13:20 horas às 16:30 horas e sexta-feira das 08:00 horas às 12:00 horas,

4.7 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.0 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.1 Para agendamento de data e horário da vistoria entrar em contato com a 1º Ten Karoene Pache Corrêa 67- 99336-6170

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.2. Os serviços serão prestados de forma contínua durante toda a vigência contratual. Conforme demanda da Administração.

5.1.3. Cronograma de realização do serviço: a prestação do serviço neste aquartelamento deve ser realizada no período de expediente, podendo ser autorizado horário distinto pelo agente responsável, desde que seja solicitado com antecedência.

5.1.4. O prazo de término do serviço será de 30 (trinta) dias corridos, após seu início ou quando os equipamentos do laboratório e consultório odontológico estiver funcionando em sua plenitude.

Local e horário da prestação dos serviços.

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: 9º Grupo de Artilharia de Campanha (Gerenciador) - sediado à Rua Calógeras 1111, Bairro Centro, Nioaque-MS, CEP 79.220-000.

5.3. O serviço será prestados no seguinte horário: de segunda-feira à quinta-feira das 08:00 horas às 11:45 horas e das 13:20 horas às 16:30 horas e sexta-feira das 08:00 horas às 12:00 horas, podendo ser autorizado horário distinto pelo agente responsável.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução do serviço, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16. A execução será avaliada com base em:

- cumprimento de prazos;
- qualidade do serviço;
- atendimento às normas técnicas;
- entrega de relatórios;
- atendimento à fiscalização.

6.17. Índice de Medição de Resultados (IMR)

6.17.1. A execução dos serviços será avaliada com base em critérios de desempenho, considerando:

- Cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Atendimento às normas técnicas e sanitárias aplicáveis;
- Apresentação de relatórios técnicos, quando solicitados;
- Atendimento às solicitações da fiscalização.

6.17.2. O não atendimento dos critérios poderá ensejar glosas no pagamento, conforme avaliação da fiscalização.

6.17.3. O pagamento estará condicionado ao atingimento de 80% dos indicadores mínimos.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (dias)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade

7.9.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 A data da emissão;

7.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 O valor a pagar; e

7.10.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas ;b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente pelo índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento. Os preços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses, contados da data da proposta, com base no IPCA.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito *não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito **não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020**, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.30. Reajuste

7.30.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta.

7.30.2. Após 12 (doze) meses, os preços poderão ser ajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento de **menor preço** por item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do serviço será integral, sob demanda conforme necessidade da Administração

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

- 8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.37.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.37.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.37.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.37.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo]

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualidade Técnica

8.40. Será exigida comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de atestados de capacitação técnica.

8.41. As adequações realizadas neste Termo de Referência visam sua conformidade com a Lei nº 14.133/2021, modelos atualizados da AGU e boas práticas de governança nas contratações públicas.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 154.272,55

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$154.272,55 (cento e cinquenta e quatro mil reais e duzentos e setenta e dois e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários conforme na tabela acima.

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10. Sanções

10.1. Sanções administrativas


10.1.2. O contratado que cometer infrações administrativas ficará sujeito às sanções previstas no art. 156 da Lei nº14.133/2021, tais como:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade.


10.1.3. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

11. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **KAROENE PACHE CORREA**
Data: 06/04/2026 10:19:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KAROENE PACHE CORREA
Chefe da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **LUCIMARE DOS SANTOS MACIEL**
Data: 05/04/2026 13:52:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCIMARE DOS SANTOS MACIEL
Membro da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **ARIANE FELIPES MEZA**
Data: 06/04/2026 10:51:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ARIANE FELIPES MEZA
Membro da Equipe de Planejamento

MARDONIO BEZERRA SILVA
Comandante do 9ºGAC

